

31 de dezembro de 2022

Porto Seguro Administradora de Consórcios Ltda.

Demonstrações Financeiras



Porto Seguro
Bank

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores cotistas e demais interessados,

Apresentamos o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Porto Seguro Administradora de Consórcios Ltda., com o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

NOSSO DESEMPENHO

A Instituição administra grupos de consórcios visando à compra de bens duráveis.

Em 31 de dezembro de 2022, a Instituição administrava 275 grupos para a compra de automóveis e 205 grupos para a compra de imóveis.

- **Receitas de prestação de serviços**

As receitas de prestação de serviços de consórcio totalizaram em 2022 R\$ 522,1 milhões, com aumento de R\$ 35,1 milhões ou 7,2% em relação ao ano anterior.

- **Lucro líquido e por cota**

O lucro líquido totalizou em 2022 R\$ 170,8 milhões, registrando aumento de R\$ 93,4 milhões ou 120,8% em relação a 2021. O lucro por cota foi de R\$ 5,79 em 2022 e R\$ 2,62 em 2021.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Instituição têm crescido de forma consistente, permitindo que funcionários e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca atender seus públicos.

A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A., divulgadas no site da Companhia (<http://ri.portoseguro.com.br>) e na edição de 27 de fevereiro de 2023 do jornal O Estado de São Paulo.

AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2022 terminou com um ambiente internacional ainda repleto de incertezas. E esse quadro que não deve mostrar grandes alterações no início de 2023. Os bancos centrais dos EUA e da Zona do Euro seguem mantendo uma postura firme de combate à inflação. Ainda que as expectativas apontem para uma desaceleração econômica nos dois lados do Atlântico ao longo dos próximos meses, a resiliência do mercado de trabalho nas duas economias deve evitar uma queda mais brusca da atividade. Por outro lado, os baixos níveis de desemprego devem limitar uma redução mais forte da inflação, adiando qualquer reversão dos ciclos atuais de aperto monetário promovidos pelo FED e pelo BCE.

No caso de alguns países emergentes, contudo, esse momento pode estar mais próximo. Como vários desses países iniciaram o processo de alta de suas taxas básicas de juros antes dos EUA e da Europa, o cenário de desinflação nessas economias é mais claro. Mesmo diante dessa perspectiva, porém, o ambiente internacional seguirá desafiador durante boa parte de 2023.

Primeiro, porque a continuidade da guerra na Ucrânia, para além do enorme ônus humanitário, segue como ameaça ao suprimento global de diversas commodities, sejam elas agrícolas ou no setor de energia.

A magnitude e a velocidade do crescimento de novos casos diários, por sua vez, podem aumentar o risco de surgimento de novas variantes da doença, além de um número relevante de mortes num país cuja população ultrapassa 1,4 bilhão de habitantes.

Domesticamente, 2022 registrou um crescimento econômico mais forte que o esperado, fruto de uma expressiva melhora do mercado de trabalho, ainda que parte considerável das novas vagas criadas tenha se concentrado no segmento informal da economia.

O crescimento da massa de rendimentos do trabalho e a manutenção de um fluxo de transferências públicas para parcela relevante da população sustentaram o consumo, notadamente de serviços, que também se beneficiaram em 2022 da normalização de sua demanda depois de quase dois anos de pandemia.

Essa resiliência do consumo das famílias, porém, limitou o movimento de desinflação, que se concentrou no segmento de preços administrados. Esta queda, por sua vez, ocorreu diante da expressiva elevação dos preços dos derivados de petróleo no início do ano, na esteira da guerra na Ucrânia, assim como em função da expressiva desoneração tributária sobre os preços dos combustíveis e energia elétrica.

As perspectivas para a atividade econômica doméstica são de uma desaceleração do ritmo de crescimento observado no ano anterior, seja em razão dos efeitos defasados do aperto monetário

empreendido pelo Copom desde o início de 2021, seja como resultado da esperada desaceleração da economia global. A despeito desse cenário, o espaço para redução da taxa Selic dependerá em grande medida das ações que o novo governo, recém empossado, adotar para o conjunto geral da política econômica e no campo da política fiscal em particular.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes do Banco Central do Brasil (BACEN).

São Paulo, 10 de março de 2023

A Administração

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Passivo	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Circulante		377.063	329.965	Circulante		149.856	106.570
Disponibilidades		55.494	43.638	Outras obrigações		149.856	106.570
Caixa e equivalentes de caixa	6	55.494	43.638	Sociais e estatutárias	9.1	7.395	6.756
Instrumentos financeiros		231.964	271.613	Fiscais e previdenciárias	9.2	17.499	18.652
Cotas de fundos	7	231.964	271.613	Taxa de adesão a diferir	2	18.564	-
Outros créditos		89.605	14.714	Obrigações diversas	9.3	106.398	81.162
Rendas a receber		710	1.387				
Despesa antecipada	8	76.071	-	Não circulante		171.868	85.171
Diversos		12.824	13.327	Provisões para impostos e contribuições diferidas	9.4	78.546	428
Não circulante		235.795	20.582	Outras obrigações		93.322	84.743
Outros créditos		234.693	19.491	Provisões judiciais	9.5	4.720	2.530
Ativos fiscais diferidos		4.667	3.169	Taxa de adesão a diferir	2	79.663	-
Despesa antecipada	8	229.700	-	Diversas	9.6	8.939	82.213
Diversos		326	16.322	Patrimônio líquido	10	291.134	158.806
Investimentos		305	305	Capital social		29.500	29.500
Imobilizado de uso		797	786	Reserva de reavaliação		261	259
				Ajustes de avaliação patrimonial		554	585
				Reservas de lucros		260.819	128.462
Total do ativo		612.858	350.547	Total do passivo e do patrimônio líquido		612.858	350.547

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota explicativa	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2022	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021
Receitas financeiras		24.186	41.258	7.644	10.531
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		24.186	41.258	7.644	10.531
Outras receitas/(despesas) operacionais		123.478	229.661	72.745	111.387
Receitas de prestação de serviços	11	282.379	522.159	258.563	487.105
Despesas de pessoal	12	(54.098)	(95.455)	(51.562)	(96.498)
Outras despesas administrativas	13	(69.527)	(119.098)	(106.671)	(227.525)
Despesas tributárias	14	(56.663)	(108.199)	(38.080)	(72.560)
Outras receitas operacionais		29.307	44.714	15.998	29.291
Outras despesas operacionais		(7.920)	(14.460)	(5.503)	(8.426)
Resultado antes dos impostos e participações nos lucros		147.664	270.919	80.389	121.918
Imposto de renda	8.3	(8.297)	(15.961)	(18.254)	(27.418)
Contribuição social	8.3	(3.376)	(6.076)	(7.266)	(10.489)
Ativo fiscal diferido	8.3	(35.764)	(65.191)	693	102
Participações nos lucros	8.3	(6.547)	(12.847)	(3.622)	(6.725)
Lucro líquido do semestre/exercício		93.680	170.844	51.940	77.388
Quantidade de cotas (mil)		29.500	29.500	29.500	29.500
Lucro líquido por cota (R\$)		3,18	5,79	1,76	2,62

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2022	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021
Lucro líquido do semestre/exercício	93.680	170.844	51.940	77.388
Outros resultados abrangentes	31	31	286	286
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do semestre/exercício:				
Outros ajustes de avaliação patrimonial	47	47	433	433
Efeitos tributários	(16)	(16)	(147)	(147)
Total dos resultados abrangentes para o semestre/exercício, líquido de efeitos tributários	93.711	170.875	52.226	77.674

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020		29.500	265	70.289	299	-	100.353
Reserva de reavaliação							
Realização		-	(4)	-	-	4	-
Outros		-	(2)	-	-	-	(2)
Outros ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	286	-	286
Reconhecimento pagamento em ações		-	-	129	-	-	129
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	77.388	77.388
Destinação:							
Reservas de lucros		-	-	58.044	-	(58.044)	-
Dividendos mínimos - (R\$ 0,36 por cota)		-	-	-	-	(19.348)	(19.348)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		29.500	259	128.462	585	-	158.806
Saldos em 30 de junho de 2021		29.500	263	70.367	299	25.449	125.878
Reserva de reavaliação							
Realização		-	(3)	-	-	3	-
Outros		-	(1)	-	-	-	(1)
Outros ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	286	-	286
Reconhecimento pagamento em ações		-	-	51	-	-	51
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	51.940	51.940
Destinação:							
Reservas de lucros		-	-	58.044	-	(58.044)	-
Dividendos mínimos - (R\$ 0,36 por cota)		-	-	-	-	(19.348)	(19.348)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		29.500	259	128.462	585	-	158.806
Reserva de reavaliação							
Realização		-	2	-	-	(2)	-
Outros ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	(31)	-	(31)
Reconhecimento pagamento em ações		-	-	4.318	-	-	4.318
Ações outorgadas		-	-	(92)	-	-	(92)
Lucro líquido do período		-	-	-	-	170.844	170.844
Destinação:							
Reservas de lucros		-	-	128.131	-	(128.131)	-
Dividendos mínimos - (R\$ 0,36 por cota)		-	-	-	-	(42.711)	(42.711)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		29.500	261	260.819	554	-	291.134
Saldos em 30 de junho de 2022		29.500	261	128.497	585	77.162	236.005
Reserva de reavaliação							
Realização		-	-	-	-	-	-
Outros ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	(31)	-	(31)
Reconhecimento pagamento em ações		-	-	4.191	-	-	4.191
Ações outorgadas		-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do período		-	-	-	-	93.680	93.680
Destinação:							
Reservas de lucros		-	-	128.131	-	(128.131)	-
Dividendos mínimos - (R\$ 0,36 por cota)		-	-	-	-	(42.711)	(42.711)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		29.500	261	260.819	554	-	291.134

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota explicativa	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2022	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do período		93.680	170.844	51.940	77.388
Depreciações		42	79	38	99
Lucro líquido ajustado		93.722	170.923	51.978	77.487
Aumento/(redução) de ativos e passivos					
		(175.870)	(117.548)	1.687	(20.366)
Varição em títulos e valores mobiliários		(117.837)	39.649	(6.275)	(38.016)
Varição em outros créditos		(178.754)	(290.093)	(7.045)	(3.962)
Varição em obrigações sociais e estatutárias		44.017	42.068	2.993	(10.731)
Varição em obrigações fiscais e previdenciárias		12.014	13.418	7.617	17.063
Varição em taxa de adesão a diferir		61.383	98.227	-	-
Varição em provisões para impostos diferidos		40.287	78.118	123	123
Varição em pagamentos a efetuar		4.815	25.236	1.964	13.484
Varição em provisões judiciais		1.416	2.190	49	707
Varição em diversas		(38.506)	(111.790)	2.261	10.994
Caixa consumido pelas operações					
Impostos sobre o lucro pagos		(4.705)	(14.571)	-	(10.028)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		(82.148)	53.375	53.665	57.121
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aplicações no imobilizado e intangível		(90)	(90)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(90)	(90)	-	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Dividendos pagos	10 c	(41.225)	(41.429)	(19.144)	(29.701)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(41.225)	(41.429)	(19.144)	(29.701)
Aumento/(redução) nas disponibilidades		(123.463)	11.856	34.521	27.420
Disponibilidades no início do período		178.957	43.638	9.117	16.218
Disponibilidades no final do período		55.494	55.494	43.638	43.638

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Passivo	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Circulante		6.660.879	5.410.841	Circulante		6.660.879	5.410.841
Disponibilidades		2.927.056	2.321.316	Outras obrigações		6.660.879	5.410.841
Depósitos bancários		433	19.585	Obrigações com consorciados	2.9.3	2.515.046	2.054.559
Aplicações financeiras	2.9.1	2.926.623	2.301.731	Valores a repassar		79.679	64.481
Outros créditos		3.733.823	3.089.525	Obrigações por contemplações a entregar	2.9.4	2.528.781	2.041.815
Direitos com consorciados contemplados	2.9.2	3.733.823	3.089.525	Recursos a devolver a consorciados	2.9.5	1.264.304	1.033.696
				Recursos do grupo	2.9.6	273.069	216.290
Compensação		46.273.882	32.307.190	Compensação		46.273.882	32.307.190
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados		178.197	138.083	Recursos mensais a receber de consorciados		178.197	138.083
Contribuições devidas ao grupo		23.711.673	16.640.004	Obrigações do grupo por contribuições		23.711.673	16.640.004
Valor dos bens a contemplar	2.9.7	22.384.012	15.529.103	Valores dos bens a contemplar	2.9.7	22.384.012	15.529.103
Total do ativo e contas de compensação		52.934.761	37.718.031	Total do passivo e contas de compensação		52.934.761	37.718.031

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2022	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021
Disponibilidade inicial	2.601.222	2.321.316	2.052.477	1.755.052
Depósitos bancários	1.356	19.585	674	-
Aplicações financeiras do grupo	332.056	259.910	261.603	189.128
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	2.267.810	2.041.821	1.790.200	1.565.924
Recursos coletados	2.303.211	4.300.390	1.840.220	3.447.479
Contribuições para aquisição de bens	1.523.861	2.863.288	1.237.018	2.322.238
Taxa de administração	337.286	609.198	254.447	480.065
Contribuição ao fundo de reserva	8.021	14.836	6.192	11.636
Rendimentos de aplicações financeiras	108.990	210.652	70.072	99.934
Multas e juros moratórios	4.133	7.239	2.540	5.051
Prêmios de seguros	37.382	67.708	27.300	50.543
Custas judiciais	270	512	274	525
Outros	283.268	526.957	242.377	477.487
Recursos utilizados	(1.977.383)	(3.694.650)	(1.571.381)	(2.881.215)
Aquisição de bens	(1.273.713)	(2.408.180)	(1.002.820)	(1.820.308)
Taxa de administração	(337.300)	(609.229)	(254.477)	(480.071)
Multas e juros moratórios	(2.066)	(3.615)	(1.284)	(2.539)
Prêmios de seguros	(36.068)	(66.037)	(26.581)	(49.374)
Custas judiciais	(128)	(207)	(23)	(23)
Devolução a consorciados desligados	(35.474)	(68.426)	(24.853)	(47.868)
Outros	(292.634)	(538.956)	(261.343)	(481.032)
Disponibilidade final	2.927.050	2.927.056	2.321.316	2.321.316
Representada por:				
Depósitos bancários	433	433	19.585	19.585
Aplicações financeiras do grupo	398.186	398.186	259.910	259.910
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	2.528.437	2.528.437	2.041.821	2.041.821
Disponibilidade final	2.927.056	2.927.056	2.321.316	2.321.316

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Seguro Administradora de Consórcios Ltda. (“Instituição” ou “Administradora”), constituída em 2 de agosto de 1976 e regulamentada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 3 de julho de 1997, sediada na Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Campos Elíseos – São Paulo – SP, como objetivo a administração de grupos de consórcios de bens móveis e imóveis. A Instituição é controlada direta da Porto Seguro S.A. a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve em 31 de dezembro de 2022 alterações nas políticas contábeis relevantes.

Também foram observadas na elaboração dessas demonstrações financeiras as diretrizes emanadas da Resolução BCB nº 2/20 que dispõe sobre os critérios gerais para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e a partir de 1º de janeiro de 2022 a Resolução BCB nº 120/21 que dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidência contábeis pelas administradoras de consórcio. Os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com os do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas.

Diante disto, as receitas de taxa de adesão dos grupos de consórcios e despesas com comissionamento passam a ser reconhecidas com base no prazo médio de vigência dos grupos de consórcio, diferentemente do reconhecimento até então que se dava pelo efetivo recebimento e pagamento financeiro (regime de caixa).

As operações dos grupos de consórcio são registradas em contas de compensação da Administradora e controladas individualmente por grupo de consórcio. A posição patrimonial e financeira consolidada desses grupos de consórcio e as correspondentes variações nas disponibilidades de seus recursos estão sendo apresentadas, respectivamente, nas demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e nas variações das disponibilidades dos grupos de consórcio, conforme Carta-Circular BACEN nº 3.147/04.

A partir de 1º de janeiro de 2022 as comissões sobre vendas de cotas de consórcio estão sendo registradas no ativo como despesas antecipadas. A Instrução Normativa BCB nº 187/21 revogou a Carta Circular nº 2.598/95 do BACEN que solicitava o reconhecimento de despesas de comissão no ato da venda.

A partir de 1º de janeiro de 2022 por determinação da Resolução BCB nº 156/21, as administradoras de consórcios passaram a registrar em contas de compensação da administradora os valores de recursos a devolver de grupos de consórcio encerrados a partir da Lei nº 11.795/08, bem como reclassificados para contas de compensação o respectivo saldo em fundos de investimento mencionados na nota explicativa nº 6 correspondentes à aplicação desses recursos.

Os impactos da adoção da Resolução BCB nº 120/21 em 31 de dezembro de 2022 estão demonstrados nas seguintes notas explicativas:

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Adoção inicial</u>
Ativo circulante		
Outros créditos		
Despesa antecipada		76.071
Ativo não circulante		
Outros créditos		
Despesa antecipada		229.700
Passivo circulante		
Outras obrigações		
Taxa de adesão a diferir		18.564
Passivo não circulante		
Provisões para impostos e contribuições diferidas	9.4	66.674
Outras obrigações		
Taxa de adesão a diferir		79.663
Patrimônio líquido		
Lucros acumulados		62.723
DRE		
Receitas de prestação de serviços	11	(98.227)
Despesas de pessoal	12	37.766
Outras despesas administrativas	13	189.858
Despesas tributárias	14	(11.445)
Ativo fiscal diferido	8.3	(55.229)

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos financeiros, (ii) da realização dos impostos diferidos e (iii) das provisões para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Instituição revisa essas estimativas e premissas periodicamente. As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios em curso normal.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Instituição.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 10 de março de 2023.

2.1.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Instituição foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, com base nas normas expedidas por ele e pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) - Resolução CNSP nº 4.280/13 e Circular BACEN nº 3.701/14 e alterações posteriores - segundo critérios estabelecidos pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e de acordo também com determinadas práticas contábeis expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo BACEN (no que não contrariem outras normas vigentes).

2.2 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Instituição são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional e de apresentação. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Instituição opera.

2.3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

2.4.1 COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários” no exercício em que ocorrem. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo.

Para estes ativos financeiros que são mensurados pelo valor justo, é requerida a divulgação das mensurações de acordo com os seguintes níveis hierárquicos de valor justo:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Instituição utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

Não houve alteração nas classificações dos níveis no período de 31 de dezembro de 2022.

2.5 PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Instituição e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Instituição, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal” (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC.

2.6 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

2.6.1 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

As receitas de taxas de administração de consórcio de bens são reconhecidas conforme o regime de competência.

2.6.2 RECEITA DE JUROS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno.

2.7 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A distribuição de dividendos é reconhecida como um passivo somente na data em que é aprovado pelos cotistas. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos cotistas.

2.8 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do semestre, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 9%.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Também são reconhecidos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas da contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e suas expectativas de realizações.

2.9 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

2.9.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações em cotas de fundos de investimento são valorizadas com base no valor da cota disponibilizada pelo administrador do fundo para a data-base. Representam os recursos disponíveis, ainda não utilizados pelos grupos, aplicados segundo determinações do BACEN. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao fundo comum e ao fundo de reserva de cada grupo. As aplicações financeiras dos grupos de consórcio são compostas exclusivamente por cotas de fundos de investimento, classificadas como “Títulos para negociação”.

2.9.2 DIREITOS COM CONSORCIADOS CONTEMPLADOS

Registra os valores a receber a título de fundo comum e fundo de reserva dos consorciados já contemplados.

2.9.3 OBRIGAÇÕES COM CONSORCIADOS

Registra as obrigações com os consorciados em: (i) grupos em formação - valores recebidos antes da constituição formal do grupo, acrescido de rendimentos financeiros; (ii) contribuições de consorciados não contemplados - valores recebidos dos consorciados não contemplados para a aquisição de bens, a título de fundo comum, as quais são atualizadas pela valorização dos bens.

2.9.4 OBRIGAÇÕES POR CONTEMPLAÇÕES A ENTREGAR

São os valores relativos aos créditos a repassar aos consorciados pelas contemplações nas assembleias, acrescidos das correspondentes remunerações das aplicações financeiras.

2.9.5 RECURSOS A DEVOLVER A CONSORCIADOS

Registra os valores dos recursos coletados a serem devolvidos a consorciados ativos por excessos de amortização; por ocasião do rateio para encerramento do grupo e aos consorciados desistentes ou excluídos; e pelo valor relativo às respectivas contribuições ao fundo comum e de reserva, deduzido das multas aplicadas.

2.9.6 RECURSOS DO GRUPO

Referem-se aos recursos recebidos a título de fundo de reserva, rendimentos de aplicações financeiras, multas e juros moratórios retidos no grupo, multa rescisória retida, atualização de direitos perante consorciados contemplados, e atualização das obrigações com consorciados não contemplados, cujo saldo líquido é rateado aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo.

2.9.7 VALOR DOS BENS A CONTEMPLAR

Registra o saldo dos bens a contemplar em assembleias futuras, calculado de acordo com os preços dos bens na data do balanço.

2.9.8 DESPESAS COM COMISSÃO

O diferimento da comissão ocorre para alinhar a despesa de comissão com a receita esperada das cotas de consórcio, utilizando indicadores que calculam a média de sobrevivência das cotas e o fluxo de recebimento das parcelas e deve ser realizado para todas as cotas vendidas.

2.9.9 NORMAS EM VIGOR EM PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO

Estão sendo implementadas as diretrizes emanadas pela Resolução BCB nº 219/2022 de 30 de março de 2022, que dispõe e que regulamenta os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, principalmente ao provisionamento de risco de crédito por parte das instituições financeiras. As entidades devem divulgar nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024 os impactos estimados da implementação da regulação contábil estabelecida por esta Resolução sobre o seu resultado e sua posição financeira. Estas diretrizes foram aprovadas pela Diretoria em 30 de dezembro de 2022.

3. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposta a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, a necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, é altamente estratégica para a Porto.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem da Porto para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três níveis de defesa:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco.

Em observância as regras do BACEN, a Instituição divulga Relatório de gerenciamento de riscos e capital, denominado Relatório de Pilar 3, o qual descreve de maneira completa a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital, assim como informações quantitativas. Este relatório estará disponível no site da Porto Seguro (www.portoseguro.com.br/ri), na seção Conglomerado Prudencial até o final do mês de março de 2023.

3.1 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como sendo a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

O monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executado de forma corporativa e centralizado, contando com um processo formal usado para identificar os riscos e as oportunidades, possibilitando assim estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer um método para tratar esses impactos.

Isto inclui a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre o Conglomerado, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

4. GESTÃO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital é realizado por meio de um modelo consolidado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório, segundo os critérios de exigibilidade de capital emitidos pelo BACEN.

A estratégia de gerenciamento de capital é continuar a maximizar o valor do capital da Instituição por meio da otimização do nível de adequabilidade e da diversificação das fontes de capital disponíveis. As

decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão periódica do planejamento estratégico incluindo o fórum mensal denominado Comitê de Capital e Liquidez.

Neste contexto, as diretrizes e objetivos do gerenciamento de capital englobam a sua alocação de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e ao acionista, enquanto se garante o alinhamento com os objetivos estratégicos do Conglomerado, de expansão e mudança de risco dos negócios assim como manutenção da viabilidade econômica das empresas em situações adversas (econômica, regulamentar/legal e mercado), por meio da adoção de uma postura prospectiva.

5. RISCOS SOCIOAMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para a Porto devido à fatores de origem o social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que a Porto pode ocasionar junto à terceiros também devido aos fatores acima mencionados.

Em linha com os requerimentos regulatórios implementados pelo Banco Central do Brasil e SUSEP, o Grupo Porto desenvolveu em 2022 a política e a metodologia corporativa de Risco Socioambiental e Climático, a qual estabelece os princípios, diretrizes, responsabilidades, bem como mecanismos de avaliação e controle no que se refere à Gestão dos Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos -GRSAC.

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade. Para o gerenciamento desses riscos, é avaliado a exposição de cada produto ou negócio, além, da construção de indicadores para monitoramento contínuo.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Dezembro de 2022</u>	<u>Dezembro de 2021</u>
Equivalentes de caixa (*)	51.276	43.241
Caixa	4.218	397
	<u>55.494</u>	<u>43.638</u>

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

7. COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS (i)

Títulos para negociação	Dezembro de 2022 (ii)		Dezembro de 2021
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Cotas de fundos			
LFTs	19.785	212.179	231.964
	19.785	212.179	231.964
			271.613

(i) A receita com títulos e valores mobiliários é reconhecida na demonstração do resultado do período na rubrica “Resultado com operações com títulos e valores mobiliários”.

(ii) Em 1º de janeiro de 2022 entrou em vigor as Resoluções BCB nº 156, de 19 de outubro de 2021 e IN BCB nº 208, de 15 de dezembro de 2021, determinando a reclassificação do saldo de recursos não procurados (RNP) para contas de compensação.

8. OUTROS CRÉDITOS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Comissões a apropriar (i)	305.772	-
Impostos a compensar	8.521	8.907
Ativos fiscais diferidos (iii)	4.667	3.169
Aporte grupos	1.918	-
Taxa de administração a receber	710	1.387
Adiantamentos administrativos	54	2.853
Valores a receber em cobrança judicial (ii)	326	16.019
Outros	2.330	1.870
	324.298	34.205
Circulante	89.605	14.714
Não circulante	234.693	19.491

(i) Refere-se aos itens de despesa antecipada (vide nota explicativa nº 2.)

(ii) Em 31 de dezembro de 2021 o saldo referia-se a valores pendentes judicialmente de recebimento de consorciados com inadimplemento contratual, na data do encerramento contábil do grupo. Quando recebidos, os valores foram repassados aos demais consorciados daqueles grupos. O passivo correspondente foi registrado em “Outras obrigações diversas”, (vide nota explicativa nº 8.5).

(iii) Vide nota explicativa nº 7.1.

8.1 ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS

	<u>Dezembro de 2021</u>	<u>Constituição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Dezembro de 2022</u>
Diferença temporária decorrente de:				
Provisão participação nos lucros	1.988	2.048	(1.289)	2.747
Provisão para riscos fiscais e obrigações legais	1.014	797	(196)	1.615
Outros	167	266	(128)	305
	<u>3.169</u>	<u>3.111</u>	<u>(1.613)</u>	<u>4.667</u>

8.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	<u>Valor</u>
2023	3.552
2024	683
2025	342
2026	21
Após 2026	69
Total	<u>4.667</u>

Neste estudo foi considerado a alíquota de imposto que vigorará em cada exercício futuro.

8.3 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	<u>2º Semestre de 2022</u>	<u>Dezembro de 2022</u>	<u>2º Semestre de 2021</u>	<u>Dezembro de 2021</u>
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	147.664	270.919	80.389	121.918
(-) Participações nos resultados	<u>(6.547)</u>	<u>(12.847)</u>	<u>(3.622)</u>	<u>(6.725)</u>
Lucro antes do IRPJ e da CSLL após participações nos resultados (A)	141.117	258.072	76.767	115.193
Alíquota vigente (i)	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social (à taxa nominal) (B)	<u>(47.980)</u>	<u>(87.744)</u>	<u>(26.101)</u>	<u>(39.166)</u>
Incentivos fiscais	794	847	734	1.143
Participação nos lucros	(657)	(1.148)	(175)	(382)
Outros	<u>406</u>	<u>817</u>	<u>715</u>	<u>600</u>
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	<u>543</u>	<u>516</u>	<u>1.274</u>	<u>1.361</u>
Total de imposto de renda e contribuição social (D= B + C)	<u>(47.437)</u>	<u>(87.228)</u>	<u>(24.827)</u>	<u>(37.805)</u>

(i) A alíquota utilizada nesta reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro refere-se à taxa nominal da Instituição.

9 OUTRAS OBRIGAÇÕES

9.1 SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

Refere-se à principalmente a provisão de participação nos lucros a pagar.

9.2 FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	<u>Dezembro de 2022</u>	<u>Dezembro de 2021</u>
Imposto de renda e contribuição social	8.420	10.514
ISS	3.178	2.365
PIS e COFINS	2.835	3.067
Outros	3.066	2.706
	<u>17.499</u>	<u>18.652</u>

9.3 OBRIGAÇÕES DIVERSAS

	<u>Dezembro de 2022</u>	<u>Dezembro de 2021</u>
Comissões	85.761	52.057
Provisões e encargos trabalhistas	8.292	6.232
Contas a pagar	6.610	17.915
Valores a pagar a sociedades ligadas (i)	5.735	4.958
	<u>106.398</u>	<u>81.162</u>

(i) Vide nota explicativa nº 14;

9.4 PROVISÕES PARA IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDAS

Do montante total nesta rubrica, R\$ 66.674 refere-se aos impostos apurados pela adoção da Resolução BCB nº 120/21, conforme detalhado na nota explicativa nº 2.

9.5 PROVISÕES JUDICIAIS

9.5.1 PROVÁVEIS

	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.269	1.261	2.530
Constituições	1.188	1.555	2.743
Êxitos/reversões	(573)	(112)	(685)
Pagamentos	(56)	(148)	(204)
Atualização monetária	149	187	336
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	1.977	2.743	4.720
Quantidade de processos	47	72	119

9.5.2 POSSÍVEIS

Além das provisões registradas contabilmente, existem passivos contingentes, cuja as perdas são consideradas possíveis não havendo constituição de provisão para esses processos. Apesar das incertezas envolvidas na determinação dessas obrigações, a Administração não espera que haja efeitos significativos no resultado da Instituição pelo desfecho destas ações.

A Instituição possui passivos contingentes para processos judiciais cíveis, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas (danos morais, materiais, corporais e sucumbência), no montante em riscos de R\$ 2.701 (R\$ 4.532 em 31 de dezembro de 2021).

Existem ainda passivos contingentes trabalhistas, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas (horas extras, reflexo das horas extras, verbas rescisórias, equiparação salarial e descontos indevidos), no montante de R\$ 608 (R\$ 381 em 31 de dezembro de 2021).

9.6 DIVERSAS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Valores a ressarcir a consorciados - grupos encerrados (i)	8.479	65.704
Recursos pendentes de receb. judiciais (ii)	-	16.019
Outros	460	490
	8.939	82.213

(i) Referem-se a recursos a devolver a consorciados relativos a grupos de consórcios encerrados, atualizados monetariamente. A Administradora procura localizar esses consorciados para restituição dos valores. Em 1º de janeiro de 2022 entrou em vigor as Resoluções BCB nº 156, de 19 de outubro de 2021 e IN BCB nº 208, de 15 de dezembro de 2021, determinando a reclassificação do saldo de recursos não procurados (RNP) para contas de compensação. Sem essa alteração, o saldo em dezembro de 2022 seria R\$ 68.057.

(ii) Vide nota explicativa nº 7.

10 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social de R\$ 29.500 é representado por 29.500.000 (unidades) cotas, totalmente subscrito e integralizado.

(b) RESERVAS DE LUCROS

A reserva de lucros é constituída e tem como finalidade preservar a integridade do patrimônio líquido, evitando a descapitalização resultante da distribuição de lucros não realizados.

(c) DIVIDENDOS

De acordo com o contrato social, são assegurados aos cotistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A Ata de Reunião de Diretoria da Instituição aprovou em 30 de março de 2022, distribuição de dividendos intermediários à serem imputados como dividendo mínimo obrigatório, conforme apurado nas demonstrações financeiras referentes ao 2º semestre de 2021, no valor R\$ 204. Os dividendos foram pagos na mesma data de sua aprovação. Adicionalmente, em 27 de dezembro de 2022 a ata de

Reunião de Diretoria aprovou a distribuição de dividendos intermediários a serem imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2022 no montante R\$ 41.225.000,00. Os dividendos foram pagos na mesma data de sua aprovação.

11 RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Refere-se substancialmente à receita com taxa de administração dos grupos de consórcio em andamento, além da adequação da receita proveniente da taxa de adesão pelo regime de competência, decorrente da adoção prospectiva da Resolução BCB nº 120/21, conforme detalhado na nota explicativa nº 2.

12 DESPESAS DE PESSOAL

	<u>2º Semestre de 2022</u>	<u>Dezembro de 2022</u>	<u>2º Semestre de 2021</u>	<u>Dezembro de 2021</u>
Salários e encargos	39.561	70.359	27.628	51.139
Benefícios	10.006	18.511	7.864	14.394
Comissões de funcionários (i)	4.484	5.974	16.012	30.004
Outros	47	611	58	961
	<u>54.098</u>	<u>95.455</u>	<u>51.562</u>	<u>96.498</u>

(i) A partir de 1º de janeiro de 2022, despesas com comissionamento passam a ser reconhecidas com base no prazo médio de vigência dos grupos de consórcio, conforme detalhado na nota explicativa nº 2.

13 OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>2º Semestre de 2022</u>	<u>Dezembro de 2022</u>	<u>2º Semestre de 2021</u>	<u>Dezembro de 2021</u>
Serviços de terceiros	21.822	41.600	16.286	29.544
Custo corporativo	12.158	23.247	6.534	14.220
Processamento de dados e infraestrutura	8.435	15.007	4.897	10.721
Comissões (i) (ii)	17.777	21.255	65.554	152.750
Localização e funcionamento	3.569	6.959	2.797	6.042
Publicidade	140	690	983	3.200
Outros	5.626	10.340	9.620	11.048
	<u>69.527</u>	<u>119.098</u>	<u>106.671</u>	<u>227.525</u>

(i) Referem-se as comissões pagas devido as companhias de vendas de consórcios realizadas durante o ano de 2021, bem como a apropriação de comissões parceladas.

(ii) A partir de 1º de janeiro de 2022, despesas com comissionamento passam a ser reconhecidas com base no prazo médio de vigência dos grupos de consórcio, conforme detalhado na nota explicativa nº 2.

14 DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2022	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021
PIS e COFINS (i)	38.215	74.648	24.153	46.576
ISS	17.631	31.726	13.200	24.903
Outros	817	1.825	727	1.081
	56.663	108.199	38.080	72.560

(i) A variação decorre principalmente dos impactos relativos a adoção da Resolução BCB nº 120/21, conforme detalhado na nota explicativa nº 2.

15 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, quando existentes, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

- (i) Contas administrativas repassadas pela Porto Cia pela utilização da estrutura física e de pessoal;
- (ii) Prestação de serviços de “Call Center” contratados da Porto Atendimento;
- (iii) Prestação de serviços do seguro e plano saúde contratados da Porto Saúde.

Os valores das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

Passivo	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Porto Seguro Cia	5.941	4.888
Outras	182	70
	6.123	4.958

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Demonstração do resultado				
Porto Seguro Cia	-	-	(67.571)	(51.521)
Portopar	-	-	(551)	(121)
Investimento	-	-	(3.157)	(225)
Porto Cap	-	-	(10)	(10)
Portoseg	-	-	(664)	(83)
Locadora de Veículos	277	-	-	-
Porto Seguro Serviços e Comércio	260	-	(6)	-
Porto Atendimento	-	-	(14.924)	(11.797)
Porto Assistência	-	-	(13)	-
Porto Saúde	-	-	(7.322)	(5.370)
	537	-	(94.218)	(69.127)

15.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

Transações com pessoal-chave da administração referem-se a participações nos lucros, honorários e encargos de diretoria, no montante de R\$ 2.481 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 1.172 em 31 de dezembro de 2021).

16 RESUMO DAS OPERAÇÕES DE CONSÓRCIO

	Dezembro de 2022			Dezembro de 2021		
	Autos nacionais	Pesados nacionais	Imóveis	Autos nacionais	Pesados nacionais	Imóveis
Quantidade de grupos administrados	332	16	233	264	11	206
Quantidade de consorciados ativos	106.544	5.625	130.848	78.577	3.740	110.029
Quantidade de consorciados quitados	19.246	88	30.477	17.688	35	24.002
Quantidade de consorciados desligados	49.288	2.851	123.772	41.641	1.571	106.980
Quantidade de consorciados contemplados	93.500	1.228	91.271	77.818	629	83.342
Quantidade de bens entregues no exercício	10.759	354	6.209	10.033	255	5.098
Quantidade de bens a entregar	43.468	3.510	64.787	45.827	3.375	68.570
Quantidade de assembleias a realizar	16.963	1.835	28.489	8.822	1.154	24.455
Taxa de inadimplência	17,55%	15,02%	9,14%	10,06%	13,45%	7,19%

17 OUTRAS INFORMAÇÕES

17.1 RESULTADO NÃO RECORRENTE

Não houve no exercício de 2022 e 2021, resultados não recorrentes com necessidade de divulgação de forma segregada.

17.2 OUTRAS INFORMAÇÕES – COMITÊ DE AUDITORIA

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2022 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., Companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo. Não foram identificados assuntos que pudessem modificar o relatório do Comitê de Auditoria emitido em 8 de fevereiro de 2023 até a data da publicação dessas demonstrações financeiras.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Cotistas da
Porto Seguro Administradora de Consórcios Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Seguro Administradora de Consórcios Ltda. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2022 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Seguro Administradora de Consórcios Ltda. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2022 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – adoção de novas práticas contábeis

Conforme mencionado na nota explicativa nº. 2, a partir de 1º de janeiro de 2022, a Instituição adotou de forma prospectiva novas práticas contábeis de acordo com o estabelecido nas Resoluções BCB 120 e 156, de 27 de julho e 19 de outubro de 2021, respectivamente e na Instrução Normativa BCB 187 de 25 de novembro de 2021. As regras de transição das referidas Resoluções e Instrução Normativa, respectivamente, requerem a adoção prospectiva, sendo assim, os saldos de períodos correspondentes não estão apresentados nas mesmas bases, podendo afetar a sua comparabilidade. Nossa opinião não contém ressalva com relação a esse assunto.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras da Instituição para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 25 de fevereiro de 2022, opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser

decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S. Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'P. di Paula', is written over a horizontal line.

Patricia di Paula da Silva Paz
Sócia
Contadora CRC SP-198827/O